

ATA Nº. 22

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO
ENTRONCAMENTO, REALIZADA EM
28-06-2017**

Aos vinte e oito dias do mês de junho do ano dois mil e dezassete, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal, sob a Presidência do Senhor **João António de Matos Lérias**, Presidente da Assembleia Municipal, secretariado pela Senhora **Lúcia Dias Abelha** e pela Senhora **Sara Paula Caetano Domingos**, primeira e segunda Secretárias respetivamente e interinamente. ----

Além daqueles que constituem a Mesa, estiveram ainda presentes os seguintes membros: -----

Em representação do **Partido Socialista**: -----

Maria Fernanda Pires Fialho Marques Alves, António Manuel dos Santos Rodrigues, Manuel António Simões Martins e José Francisco de Matos Rodrigues Leote. -----

Em representação do **Partido Social Democrata**: -----

José Miguel Filipe Baptista, Kelly Patrícia Rodrigues Carvalho da Silva e Rui Vítor Pires Bragança. -----

Em representação do **Bloco de Esquerda**: -----

Marco Filipe Sá Geração e Maria de Fátima Vieira Figueira Roldão. -----

Em representação da **Coligação Democrática Unitária**: -----

Telma Cristina Antunes Jorge e António Silvino Costa Ferreira e Marisa Sofia Cordeiro Parreira. -----

Em representação do **Centro Democrático Social-Partido Popular**: -----

Pedro Miguel Faria Gonçalves. -----

Na qualidade de **Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista** o Senhor: -----

Rui Cardoso Maurício. -----

Na qualidade de **Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima** o Senhor: -----

Ezequiel Soares Estrada. -----

Estiveram presentes pela **Câmara Municipal**, o Senhor Presidente Jorge Manuel Alves de Faria e os Vereadores, Ilda Maria Pinto Rodrigues Joaquim, Tília dos Santos Nunes, Carlos Manuel Pires Rei Amaro, José David da Silva Ribeiro, Maria Isilda Videira Nogueira da Silva Aguincha e Carlos Manuel Godinho Matias. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberta a sessão quando eram vinte e uma horas e cinco minutos, tendo dado posse aos elementos convocados para substituir os deputados que apresentaram suspensão do mandato por período inferior a trinta dias, respetivamente. -----

Deu posse a Reinaldo de Jesus Rodrigues Amarante Tentado, que substitui Carla Sofia Roma de Oliveira, do Bloco de Esquerda. -----

Deu posse a Fernanda Maria de Matos Lopes, que substitui Célia de Jesus Nunes Leal Agostinho, do Partido Socialista. -----

Deu posse a António Manuel Henriques Miguel, que substitui Mário André Balsa Gonçalves, do Partido Socialista. -----

Deu posse a Fernando José Guia Barbosa, que substitui João Sebastião Coutinho Lima Canaverde, do Partido Social Democrata. -----

Deu posse a Esperança Maria Micael Santos, que substitui Fernanda Maria Figueiredo Rodrigues Rolo, do Partido Social Democrata. -----

Verificada a conformidade formal do processo eleitoral com a identidade dos eleitos e após a leitura das respetivas atas avulsas de instalação e do respetivo juramento por parte dos novos membros, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou-os investidos nas funções. -----

Continuando o senhor **Presidente da Assembleia** referiu: “Como já devem ter reparado, devido ao facto de a Doutora Célia ter suspenso o mandato por motivos de saúde, chamei para a mesa a Sara Domingos que ocupará as funções de 2ª secretária e a Lúcia Abelha as funções de 1ª secretária. -----

Continuando, colocou à votação as atas número vinte e vinte e um. -----

VOTAÇÃO DA ATA NÚMERO VINTE -----

A ata número vinte, realizada em 23 de fevereiro de 2017, foi aprovada por unanimidade, com os votos dos membros presentes na referida sessão. -----

VOTAÇÃO DA ATA NÚMERO VINTE E UM -----

A ata número vinte e um, realizada em 28 de abril de 2017, foi aprovada por unanimidade, com os votos dos membros presentes na referida sessão. -----

Continuando, referiu: “Está presente nas vossas mesas para conhecimento um voto de solidariedade com os municípios afetados pelos incêndios aprovado pela Câmara Municipal por unanimidade. -----

Também como resultou da última reunião da comissão permanente a mesa ficou de elaborar um voto de pesar nas mesmas circunstâncias e nos mesmos moldes. -----

É um voto muito curto, as palavras não precisam de ser muitas para dizer tudo aquilo que nós temos a dizer em relação a este assunto e que passo a ler: -----

VOTO DE PESAR

PELAS VITIMAS DOS INCÊNDIOS DE PEDROGÃO GRANDE

O país, muito particularmente o distrito de Leiria, em Pedrogão Grande, Castanheira de Pera e municípios limítrofes como é o caso de Figueiró dos Vinhos, foram recentemente fustigados pelo fogo que causou até ao momento 64 mortes e mais de 200 feridos. -----

Não temos memória de uma catástrofe tão grande. As imagens, os testemunhos, a tragédia humana vivida em Pedrogão Grande, dizem tudo, falam por si e por certo deixarão para sempre marcas em cada um de nós. -----

A Assembleia Municipal do Entroncamento, reunida em sessão ordinária em 28 de junho de 2017, manifesta assim, com a aprovação deste voto por unanimidade, a sua total solidariedade, para com todos os cidadãos que perderam todos os seus bens e o seu mais profundo pesar a todas as famílias atingidas pelo luto. -----

E porque o único silêncio que verdadeiramente nos perturba, é aquele que fala, em homenagem a todas as vítimas, mais uma vez, vamos deixar o nosso silêncio falar mais alto. -----

Submetido à votação, foi o voto de pesar aprovado por unanimidade. -----

Pedi a palavra **António Ferreira**: “A bancada da CDU associa-se a esse voto de pesar, no entanto, queríamos fazer uma chamada de atenção. -----

Preocupa-nos muito a situação do interior do país em termos de meios para fazer face às necessidades e a estas ocorrências. -----

Foram anos de desmantelamento de serviços público do interior do país, desapareceram escolas, GNR e muitos serviços públicos do interior do país e muita população teve que abandonar esse interior. -----

Foram desmantelados serviços essenciais ao controle e ordenamento da floresta por questões económicas, por razões que tem a ver com liberalismo económico. -----

Este caso não é um caso isolado, é um caso que provavelmente vai-se repetir novamente, estamos constrangidos com esta situação, mas não basta, é necessário tomarmos medidas para fazer face a estes problemas e aos problemas do interior do país.” -----

Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia, propôs que se fizesse um minuto de silêncio em memória das vítimas. -----

Esgotado o minuto de silêncio, **Fernanda Alves**, apresentou a seguinte proposta: -----

PROPOSTA -----

O voto de pesar pelas vítimas dos incêndios de Pedrógão Grande apresentado nesta Assembleia e aprovado por unanimidade é uma manifestação singela, mas sentida, de solidariedade para com aqueles que pelo fogo, sofreram perdas incalculáveis quer de bens, quer de vidas, cuja marca ficará para sempre. -----

As homenagens prestadas às vítimas da catástrofe que assolou os concelhos envolvidos e que nesta Assembleia, também nós quisemos prestar, mostra bem o carácter humanista do povo Português. -----

Foram muitos os que no meio da aflição e do tormento arriscaram a própria vida e lutaram pelas vidas alheias. Foram familiares, vizinhos, amigos que ocorreram à desgraça daqueles que o fogo sem dó nem piedade, obrigou à retirada sem vontade de o fazer. -----

Mas foram sobretudo os **bombeiros**, homens e mulheres, soldados da paz, que com a sua coragem, com o seu sentimento de missão e abnegação, em prol da vida alheia, os **heróis** incondicionais desta tragédia. São eles, que muitas vezes lutam contra adversidades, muito para além daquelas que o fogo representa e não desistem de lutar pelos seus princípios e pelas suas crenças, enquanto protetores da VIDA! -----

Neste sentido e porque acreditamos que a solidariedade não tem limites, a bancada do Partido Socialista desta Assembleia Municipal comunica a sua intenção de prescindir das senhas de presença a que tem direito por esta sessão ordinária e propõe que todas as restantes bancadas políticas com assento neste órgão, se associem a esta ação e procedam da mesma forma. -----

Propomos, ainda, que o valor apurado seja revertido a favor dos bombeiros de Pedrógão Grande, Figueiró dos Vinhos e Góis, os concelhos mais afetados pelos fatídicos incêndios que assolaram a região, há dias. -----

Crentes de podermos contar com todos nesta ação, solicitamos à Câmara Municipal que após a mesma, providencie no sentido de fazer chegar às instituições referidas, o valor conseguido nesta Assembleia Municipal. -----

Pedi a palavra **António Ferreira**: “A bancada da CDU não pode tomar uma decisão deste tipo. -----

A senha de presença dos eleitos da CDU não é nossa, qualquer eleito e militante da CDU obriga-se a entregar as senhas de presença ao Partido Comunista. -----

Portanto, esse dinheiro não é nosso, nós não nos recusamos a entregar a senha e vamos levantar a questão a quem pertence esta senha.” -----

Prosseguiu **Marco Geração**: “Não posso obrigar ninguém da minha bancada a aceitar este pedido. -----

Pessoalmente acho que é uma boa iniciativa, no entanto, tenho que lembrar à senhora deputada do PS, que houve uma iniciativa antes desta, que foi começada pelo deputado Pedro Gonçalves, que visava não uma boa iniciativa, mas uma iniciativa excelente que faria com que todas as bancadas que se quissem juntar, se juntassem a essa iniciativa e pudessem fazer algo para além do que individualmente somos capazes de fazer e que, politicamente ou partidariamente somos capazes de fazer, esse, seria a forma excelente de tratar este assunto. -----

Como devem entender, concordo com todos os parágrafos que aqui são ditos, o primeiro, segundo, terceiro e quarto, têm toda a razão, mas creio que, os partidos políticos e a política merecem uma elevação diferente desta, sabendo que poderia haver uma alternativa melhor e em vez de pedir às bancadas que se associem de uma forma como o deputado da CDU disse que não pode ser tratada desta maneira. -----

Pessoalmente não tenho problema nenhum em fazê-lo, é claro que o faria, acho que a ideia é dar aos Bombeiros Voluntários de Pedrógão Grande é uma boa ideia, mas também há outras ideias. -----

Há a ideia da partilha não só do dinheiro, não só do nosso rendimento, não só daquilo que ganhamos do Estado, mas também aquilo que podemos fazer como pessoas, chegar perto, não é muito longe, é já aqui acima e falar com as pessoas. -----

Falei isto com a minha mulher, a nossa vontade é ir lá acima e falar com as pessoas e se tiver que dar algum dinheiro, senhora deputada, dava-o pessoalmente a quem eu bem entendesse. -----

Percebo que dar o dinheiro aos bombeiros é um ato de valor e que todos nós apoiamos, mas acho que devíamos ir pela elevação política, devíamos ir pelas melhores ideias, não pelas boas ideias, realmente é uma boa ideia, mas não é a melhor ideia para a bancada do Bloco de Esquerda. -----

Depois do que referi, faço um apelo à senhora deputada, se a senhora deputada e a bancada do Partido Socialista estão dispostos a trabalhar em coordenação com todos os partidos desta assembleia, para realmente fazermos um evento local que faça com que as pessoas se expressem através da câmara municipal que certamente também tem o mesmo interesse nisto, isto até outubro não se esgota, há muita gente que sofre e há muito a fazer até outubro.” -----

Continuou **Rui Maurício**, que referiu que a Junta de Freguesia de São João Baptista, está a fazer uma angariação de produtos para posterior entrega às populações afetadas. -----

Interveio **Pedro Gonçalves**: “Na reunião da comissão permanente surgiu a ideia de fazermos um voto em conjunto, já tinha acontecido a tragédia, ela não aconteceu hoje. -----

As propostas devem ser apresentadas 12 horas antes da realização da sessão ordinária, não percebo o porquê desta proposta. -----

Como tem sido aqui referido, a proposta não é má, porém, não posso consentir, enquanto pessoa humana, não posso consentir que haja um aproveitamento, porque isto teria sido bem tomado se fosse comunicado a todas as bancadas a tempo e horas. -----

Não tenho problema em prescindir da minha senha de presença, mas sei que a bancada do Partido Comunista não o pode fazer, isto, para mim, não é a maneira de honrar as vítimas. Honrar as vítimas era nós agarrarmos este assunto e tivemos bastante tempo, eu próprio propus a todos os líderes das bancadas algo, obtive a resposta de dois

líderes, do Marco Geração e da Fernanda Alves e eu disse, que só faria sentido se fossem todos. -----

Pessoalmente, não posso aceitar que dez minutos antes da nossa assembleia começar, ter conhecimento deste documento, este assunto merecia elevação, dignidade, respeito pelas vidas humanas, merecia o respeito pelos bombeiros e não estamos a ter esse respeito porque estamos a fazer aproveitamento político.” -----

Referiu **José Baptista**: “Estamos há dez minutos a fazer exatamente aquilo que o Partido Socialista queria, que era usar o tempo do PAOD para o esvaziar com a proposta que o PS aqui trouxe por interesse político. -----

A proposta sobre as vítimas da maior catástrofe que o nosso país sofreu já foi votada anteriormente, foi decidido na reunião da comissão permanente e enviada pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal, a semana passada para todas as bancadas, creio que ninguém se manifestou, o documento foi aqui presente e votado. -----

Toda a gente já percebeu qual é que é a intenção desta proposta do Partido Socialista e da parte do PSD vamos resolver isto com a maior facilidade, cada um votará de acordo com aquilo que é a sua intenção, o voto fica na consciência de cada um. -----

É muito interessante que o Partido Socialista tenha apresentado esta proposta agora, porque há uns meses atrás, o Partido Social Democrata apresentou aqui uma moção para ser votada e o Partido Socialista recusou-se a votá-la porque não tinha tido conhecimento dela atempadamente. -----

Não é a câmara municipal que providência o que quer que seja, é o senhor Presidente da Assembleia Municipal, que diligenciará no sentido daquilo que for decidido e, portanto, este último parágrafo está obviamente errado, porque quem tem que diligenciar é o senhor Presidente da Assembleia Municipal. -----

De resto, cada um votará de acordo com a sua consciência, todos nós aqui somos totalmente sensíveis às vítimas dos fogos em Figueiró dos Vinhos e na região de Leiria. -----

Devo dizer senhora deputada, tenho um amigo que esteve na frente de combate durante dois dias, e pode ter a certeza que ele não tem muito orgulho em aprovarmos uma proposta destas.” -----

Pedi a palavra **António Ferreira**: “Aquilo que já foi referido aqui eu sublinho, isto é uma falta de respeito pelas outras bancadas e o senhor Presidente da Assembleia tem culpa disso. -----

O senhor Presidente da Assembleia não devia ter admitido uma proposta destas com a devida antecedência. -----

Da nossa parte, se fosse apresentada com 24 horas de antecedência, nós tínhamos tomado as medidas necessárias para perguntar se podíamos doar as senhas, porque o dinheiro não é nosso. -----

Lamento profundamente, já o disse várias vezes, o senhor foi um dos melhores Presidentes da Assembleia que passou por aqui, mas, neste caso e em mais dois ou três casos que houve aqui, o senhor Presidente da Assembleia Municipal não foi isento e não está a ser isento, com outra bancada, esta proposta não era discutida. -----

Em relação ao documento, não é só Pedrógão Grande, Figueiró dos Vinhos e Góis, é também Castanheira de Pera, isto revela de facto, que o documento foi feito à pressa.” -----

Prossigui **Fernanda Alves**: “Lamento profundamente a discussão que está aqui em cima da mesa por causa de um documento destes, parece que incomodámos muita gente. -----

Compreendo as razões da CDU, não houve qualquer intenção de aproveitamento político da parte da bancada do Partido Socialista e continuo a dizer a todos os presentes, que a bancada Socialista vai prescindir da sua senha. -----

Não tivemos qualquer intenção de afrontar ninguém, muito menos desrespeitar ninguém e muito menos por uma situação destas, senhores deputados. -----

Relativamente à intervenção do deputado Pedro Gonçalves, devo dizer que a sua proposta foi aceite por nós e mantem-se de pé, não tem nada a ver com a nossa e tem o nosso apoio, vamos para a frente o PS está disposto. -----

Não posso é deixar que nesta assembleia, só porque o Partido Socialista se lembrou, não com qualquer intenção política de prescindir das suas senhas a favor daqueles que delas possam necessitar, mas, se acham que um evento público para que toda a gente possa ver, no meio da cidade é mais proficuo, vamos embora. -----

A bancada do Partido Socialista entendeu fazer esta ação, não posso aceitar é que a oposição desta assembleia venha falar em desrespeito político. -----

Não consigo perceber esta discussão, o Partido Socialista tomou uma posição, propomos que se associem, querem associem-se, não querem, muito bem, não querem que seja uma proposta, querem que seja uma informação, muito bem.” -----

Continuou **Marco Geração**: “Aproveitamento político, foi aquilo que disse, que as outras bancadas andavam à procura de aproveitamento político, no entanto, quem toma a opção é a bancada do Partido Socialista, não são as outras bancadas. -----

Quando a senhora deputada propõe que todas as restantes bancadas políticas assentes neste órgão se associem a esta ação e procedam da mesma forma. -----

Do ponto de vista formal, não está convenientemente formulada, nem a assembleia municipal tem poderes para decidir, cada um de nós pode-se associar a essa questão e se quisesse propôs alguma coisa, propunha para a sua bancada. -----

Porque é que a senhora deputada obriga na sua proposta a nós termos uma palavra relativamente àquilo que vocês pretendem? -----

Se realmente aquilo que vocês pretendem é fazer aquilo que dizem, façam-no. -

Não vou votar contra esta proposta, mas vou abdicar desse valor e vou levá-lo lá a cima. -----

O verdadeiro aproveitamento político é este, é exatamente esta forma de fazer política que o Bloco de Esquerda não quer entrar, porque em vez de aproximar as pessoas, distancia-as logo ao início. -----

Acho que é uma boa proposta, não pode é obrigar as outras bancadas a fazer o mesmo, é claro que não obrigam de uma forma direta. -----

Em vez de enaltecer as pessoas que realmente sofreram esta tragédia, vêm para aqui fazer pedidos, fazer jogadas políticas e as pessoas que nos estão a ver agora, percebem qual é a jogada política do PS e porque é que trazem a oposição a esta discussão, porque sabem que vai haver eleições.” -----

Referiu **António Ferreira**: “Lamento mais uma vez esta atitude por parte do PS. -----

Sabem perfeitamente como é que a CDU funciona. Se isto for a votação e se quiserem impor à CDU para entregarmos a senha, de alguma forma, as deliberações desta assembleia o resultado desta votação obriga as outras bancadas. Vocês não podem fazer isso. -----

Se votarem isto e tentarem impor situações à CDU, nós não aceitamos essas imposições.” -----

Referiu o senhor **Presidente da Assembleia**: “Sugeria por causa desta questão, que o PS transformasse esta proposta numa informação, porque o facto de estar lá proposta, obriga a votação.” -----

Interveio **Pedro Gonçalves**:” A mim sempre me ensinaram valores e um dos valores que me ensinaram, é que a caridade faz-se às escondidas, se for ao contrário, chama-se vaidade. -----

Não houve lealdade política pela bancada do PS, porque anteontem, quando houve a Assembleia de Freguesia de São João Baptista, já foi discutido isto exatamente pela bancada do Partido Socialista, isto não se faz às outras bancadas. -----

Volto a dizer, o que vocês estão a fazer é vaidade, porque a caridade faz-se às escondidas.” -----

Pedi a palavra **Rui Maurício**: “Aquilo que o senhor deputado do CDS disse agora não é verdade. -----

Se o deputado do CDS o informou dessa maneira, informo-o mal, ou o senhor deputado percebeu mal, porque não foi isso que foi decidido na assembleia de freguesia.” -----

Pedi a palavra **Manuel Martins**: “Estou surpreendido com várias coisas. -----

Em primeiro lugar e depois de toda esta conversa em que todas as bancadas da oposição tentaram dar uma conotação política a isto, o que eu tenho a dizer e acredita quem quer, esta nossa decisão foi apenas e só de ajudar as vítimas dos incêndios essencialmente aos bombeiros. -----

Isto é uma proposta nossa, mas podemos chamar-lhe informação, podemos até, se for caso disso retirar este documento e acabar com esta polémica. -----

Nós vamos fazê-lo. -----

Senti-me incomodado, o senhor Pedro Gonçalves acusou-nos de falta de respeito, não compreendo, não aceito e fiquei muito desiludido com os termos utilizados porque nós não faltamos ao respeito a ninguém, nem politicamente, nem com as vítimas, nem sequer com o aproveitamento de uma tragédia, houve aqui quem dissesse que estamos a fazer campanha. -----

Quando aconteceu algo semelhante em relação às vítimas das cheias, isso também foi vaidade ou foi caridade? -----

A nossa proposta é vaidade, as outras foram caridade. -----

Notei uma pequena diferença, não sei porquê, entre a primeira intervenção do senhor Marco Geração e a segunda, na primeira valoriza de alguma forma a proposta/informação/documento/qualquer coisa, e a segunda com uma agressividade gratuita que achei tão estranho e desnecessária, chegando ao ponto de dizer que vai votar contra, mas que vai levar este valor lá a cima, é tipo de retaliação, não vou fazer aquilo que vocês querem, vou pegar neste dinheiro e levá-lo lá a cima. É uma forma de estar que eu nunca vi no Marco, não estava habituado e lamento que tenha tido este tipo de atitudes. -----

Se ele for lá a cima e eu estiver disponível e ele quiser a minha companhia, irei com ele, antes de mais é uma excelente companhia, e o ato que ele vai praticar será obviamente bem-recebido e com boas intenções. -----

Posto isto, não querem a proposta, a informação, o documento, não querem nada, não tem problema, nós vamos prescindir das nossas senhas e entregá-las também aos Bombeiros de Castanheira de Pera. -----

Vamos é parar de fazer este espetáculo que é perfeitamente desnecessário e absurdo.” -----

Prossigui **Fátima Roldão**: “Lamento esta discussão, não propriamente a proposta em si, porque a compreendo, mas este debate já vai muito longo e não dignifica este órgão, nem sequer o debate político. -----

É certo que a intenção desta proposta é boa, teria sido mais simpático, como já aqui foi referido, se tivesse sido articulado com as diferentes bancadas na reunião da comissão permanente, teria sido mais simpático e leal. -----

Contudo, em política nada é inocente, nada dito homenageia as vítimas dessa tragédia, seria lamentável alguém que foi vítima dessa tragédia, por estar ferido, por ter familiares perdidos nessa situação, ouvir esta discussão. -----

Acho que devemos ter bom senso, dignidade e uma situação de elevação política. -----

O Senhor Presidente da Assembleia já o disse e muito bem, acho que devemos transformar esta proposta numa informação, às vezes a palavras nos traem, e às vezes somos muito picuinhas com coisas que não são importantes. -----

Propunha também em nome da nossa bancada, que fosse transformada em informação, deixando à consciência de cada um o que querem fazer, com elevação, dignidade e honestidade.” -----

Continuou **Fernanda Alves**: “Lamento de facto a discussão que se abriu aqui, que como disse a senhora deputada que acabou de intervir, que nada tem de bom para quem está a assistir lá em casa. -----

Respondendo ao senhor Pedro Gonçalves, não há aqui vaidade nenhuma, e digo mais, quem me conhece e eu enquanto pessoa não prescindo de valores e pessoalmente não tenho qualquer problema tenho os meus valores muito bem delineados para assumir aquilo a que me propus, que é prescindir da minha senha. -----

Se querem que isto seja uma informação, se é isso que os está a incomodar, é uma informação, deixamos ao critério de cada um. -----

Nós não obrigamos ninguém a fazer aquilo que não quer, mas, deixem-nos fazer aquilo que queremos.” -----

Referiu o senhor **Presidente da Assembleia**: “Tratou-se de uma informação do Partido Socialista a dizer o que vai fazer. -----

Os serviços da assembleia vão ficar recetivos que os senhores deputados que entenderem prescindir da sua senha de presenças a favor de alguma instituição ou dos bombeiros, será dado o devido encaminhamento. -----

Só espero que o muito dinheiro que está a ser encontrado nos apoios e a solidariedade, encontrem um caminho seguro para chegar a bom porto e não se perca pelo caminho porque faz muita falta àquelas pessoas. -----

Eu próprio já decidi, assim que me for possível gozar um fim de semana, ir gozar um fim de semana numa unidade hoteleira que à volta tem pouco para ver e apreciar, mas, os empresários daquela região também precisam de pessoas naquela região, porque existem postos de trabalho que têm que ser garantidos. -----

Há diversas formas de ajudar, este assunto tocou-nos a todos, mexeu connosco, e, portanto, nós não ficamos, independentemente das discussões partidárias, indiferentes a uma catástrofe destas.” -----

Pedi a palavra **José Baptista**: “Vejo que conseguimos o que era o objetivo. Estivemos 40 minutos de uma hora do PAOD a discutir o texto que o Partido Socialista aqui trouxe, para quem não percebeu, este era o objetivo, era gastar o máximo de tempo para esvaziar a possibilidade de discutir outras coisas e, portanto, o Partido Socialista conseguiu aquilo que queria. -----

Um pedido de esclarecimento ao executivo sobre a situação de um sem abrigo que está a pernoitar num terreno onde os TURE estão estacionados durante a noite. -----

Saber o que é que o cidadão está lá a fazer, entra e sai à vontade, porque é que toda aquela zona está suja e porque é que o sem abrigo que todos conhecemos, que costuma estar no centro da cidade, foi internado compulsivamente na ala de psiquiatria saiu e agora está num espaço onde supostamente estão os autocarros, o que é que está lá a fazer e o município permite que a situação se mantenha. -----

Há problemas de segurança na cidade, seria estranho que alguém dissesse o contrário e essas zonas de risco e perigo têm que ser devidamente diagnosticadas e saber o que se passa. -----

Alguma vez a autarquia do Entroncamento recebeu qualquer contrapartida ou estabeleceu algum protocolo, para receber no Entroncamento cidadãos de etnia cigana?

Quanto ao Bairro Frederico Ulrich, este bairro tem lá pessoas que lá vivem há muitos anos e pessoas de etnia cigana. -----

Era muito interessante que fosse esclarecido aqui, como é que foi feito o processo de atribuição de casas no bairro Frederico Ulrich, porque, quando foram realojadas as famílias de etnia cigana, porque já viviam no Entroncamento, é preciso saber quem é que deu a indicação de em cada casa quem é que tinha de ficar e não foi a câmara municipal que decidiu. -----

Sobre as Festas da Cidade, dar os parabéns ao executivo, decorreram com aquilo que era expectável, com um tempo extraordinário, foi dito pelo senhor vereador Carlos Amaro que as festas ficariam em cerca de 75.000 euros, gostava de saber essa informação. -----

Fui ver o stand do município porque estava muito interessado em perceber qual é que era o trabalho do município, vi a maquete da ciclovia que está em execução, vi os projetos do Mercado e do Cine-Teatro e depois vi dois quadros em cada uma das paredes exatamente aonde as pessoas saíam, um deles era sobre a dívida e o outro era sobre o IMI. -----

O engraçado, era que o quadro sobre a dívida só tinha os anos de 2002 a 2016, é um período temporal muito interessante, porque é o período temporal, a câmara que é um organismo autónomo livre de partidos, decidiu que a comparação dos anos sobre o passivo é exatamente aqueles que incluíam o mandato do anterior presidente, é uma prática muito democrática por parte do atual executivo. -----

Perguntar ao senhor Presidente da Câmara, porque é que a escolha foi deste tempo e não dos 20 anos, 30 anos, quando o Partido Socialista estava no poder na câmara. -----

Também achei muito interessante durante as festas, a meio das festas, terem começado a colocar os outdoors pela cidade e terem feito o boletim. -----

Lembro-me perfeitamente do senhor vereador Carlos Amaro sentado nesta mesa sensivelmente, a dizer ao Presidente da Assembleia à época, que o boletim municipal, das duas uma, ou acabava, ou começava a ter espaço para todos os partidos políticos, isto está em ata. -----

Não deixamos de achar curioso, que a câmara em ano de eleições, lança um boletim em março ou abril e lança outro boletim em junho, não há coincidências.” -----

Interveio **Fernanda Alves**: “Querida congratular a câmara, tal como fez o senhor deputado do PSD, relativamente às Festas da Cidade. -----

Correram de uma forma espetaculares, foram maravilhosas, tivemos muitas coisas a favor nomeadamente o tempo, mas, tivemos um bom cartaz de espetáculos. -----

Penso que é de salutar e salientar o trabalho e dar os parabéns aos funcionários da câmara que tudo fizeram para que tudo corresse bem. -----

Gostava de assinalar nesta assembleia, que também é motivo de orgulho para nós portugueses, os 150 anos da abolição da pena de morte em Portugal, que fomos dos primeiros países a inscrever no seu sistema uma lei sobre a abolição da pena de morte.”

Prossegui **Pedro Gonçalves**: “Em primeiro lugar quero falar das festas da cidade. -----

Na maioria, o município está de parabéns, um cartaz abrangente, com qualidade, com os nossos artistas e com as nossas associações, foi na generalidade interessante. -----

Mas queremos deixar aqui uma ou outra crítica construtiva e umas pequenas chamadas de atenção. -----

A articulação entre o fim do espetáculo no palco 2 e o palco 1 deveria ser mais eficiente, em termos de horários. -----

Na rua Luís Falcão de Sommer, existiam alguns estreitamentos que deveriam de ser evitados, causavam algum congestionamento e não deixavam uma grande sensação de segurança. -----

Os artesãos, bem sei que não pagaram o espaço, mas quem sabe se uma solução diferente com uma mistura do artesanato com os outros comerciantes expositores, algo que deve ser pensado, pois os mesmos são muitos deles quem anima a rua Luís Falcão de Sommer nos dias das atividades viver o comércio. -----

De resto, nada a acrescentar, podendo mesmo afirmar que as festas na nossa cidade são uma referência na nossa região. -----

A atualidade sobrepõe-se muitas vezes às nossas agendas políticas, e já na segunda-feira pude falar no conselho municipal de segurança algo que aqui quero falar e que aqui quero deixar reforçado: -----

Na última assembleia municipal, por nossa iniciativa falamos da segurança da estação ferroviária, onde todos nós concordámos que é preciso fazer mais, na segunda-feira, infelizmente comprovou-se que é necessário melhores acessos à gare, que é necessário as nossas forças de segurança terem um pleno conhecimento e serem parte ativa na elaboração do plano de segurança da NOSSA Estação. -----

Na mesma reunião pude referir o meu descontentamento em relação à segurança da nossa cidade, ou melhor à falta dela. A Segurança é mais que números, a segurança é a sensação que as pessoas sentem e que vivem. Ainda ontem a atualidade atropelou as minhas afirmações, com o clima de insegurança e rebentamento de petardos na zona do Bairro Frederico Ulrich. -----

Ainda na passada madrugada um cidadão da nossa cidade ao passar nesta zona foi agredido, chamou a PSP e o que lhe foi dito? Que evite passar ali. Um cidadão que se desloca para o seu trabalho, pela PSP faria um desvio em vez da mesma garantir a segurança de todos. Não pode haver isto na nossa cidade. -----

Nas festas da cidade tivemos um reforço efetivo da PSP por parte do corpo de intervenção, algo que sortiu efeitos positivos. Serei só eu a ver que se esse reforço existisse mais vezes, com um patrulhamento desses mesmos efetivos e com um reforço da ação policial preventiva, iria dar os mesmos frutos que deu nas festas da cidade? Não acredito que seja o único. -----

O CDS-PP Entroncamento não está hoje a efetuar este tipo de discurso por ser pré-campanha, este tem sido o nosso discurso desde o dia em que tomei posse enquanto eleito municipal nesta assembleia. Denunciamos o que tem de ser denunciado, e louvaremos o que tem de ser louvado. Criticamos, mas damos sempre a nossa visão,

opinião e propomos melhorias. Chamamos a isso Oposição, oposição construtiva, oposição positiva. -----

Temos um executivo que ao ser eleito prometia muito, mas que infelizmente para as nossas pessoas cumpriu pouco, mas que quer fazer tudo nestes últimos meses de mandato. Mas em algo temos de ser justos, diminuí a herança de dívida que tinha sido deixada pelo anterior executivo, liderado pelo atual candidato do PSD. -----

Mas este executivo foi eleito com um slogan de fazer uma cidade para as pessoas, mas para o CDS, o Importante são as pessoas, a política existe porque existem pessoas, porque todos nós somos pessoas, e só há cidade se houver pessoas. -----

O CDS pediu aqui nesta assembleia e até foi aprovada uma recomendação para uma auditoria externa às contas e gestão dos anteriores executivos, pena não ter sido feita, pois andamos agora a descobrir o passado, a descobrir lacunas e buracos, que poderiam ter sido descobertos há mais tempo. A IGF traz à luz os erros das contas. Os erros de gestão ficarão sempre numa penumbra. Teria sido bom, para matar fantasmas e para se apurar a verdade. -----

Ao longo dos 4 anos criticamos e demos soluções. -----

Falamos da falta de segurança! O tempo deu-nos razão. -----

Falamos de devolver o Centro Cultural à cultura, o tempo deu-nos razão. -----

Falamos em pedir uma auditoria, o tempo deu-nos razão. -----

A próxima AM será em período efetivo de campanha, por isso quero antecipar o balanço deste mandato, a nossa AM é uma representação pura dos nossos munícipes. Este órgão é um órgão que tem de ser respeitado, que tem de ser credibilizado, acredito que muitos de nós conseguimos fazer isso, mas não chega vir para aqui falar com eloquência, temos de ter ideias, de ouvir e representar verdadeiramente os cidadãos, a nossa cidade merece isso, quem em nós votou merece isso.” -----

Continuou **António Miguel**: “Não posso deixar de na qualidade de secretário do Conselho Municipal de Segurança, dar uma pequena resposta ao senhor deputado José Miguel Baptista e ao senhor deputado Pedro Gonçalves. -----

O Conselho Municipal de Segurança deixa-nos em segundo lugar no ranking dos crimes cometidos por mil habitantes no distrito, logo atrás do concelho de Ourém. –

Em Portugal a criminalidade no ano de 2015 para 2016, reduziu 7%, no Entroncamento reduziu 11%. -----

Particularmente, o crime contra as pessoas reduziu 30% e no corrente ano de 2017, a criminalidade continua a decrescer. -----

Relativamente ao assunto para que pedi a palavra, vejo-me na contingência de intervir, para que de uma forma modesta fazer um pedido aos senhores eleitores e não digam à posterior, que eu não avisei: -----

O Entroncamento é conhecido pela terra dos fenómenos e eu, não quero que seja colocado no mapa associado ao nepotismo e ao suborno em que, com o devido respeito, Felgueiras, Oeiras, Gondomar, Marco de Canaveses são exemplo e rivalizo com eles, com autarcas e dirigentes políticos deste quilate não há muito a dizer, naturalmente que uma situação destas é um problema pessoal, mas é sobretudo, um problema político. -----

Estou certo que os entroncamentenses não gostam da corrupção, felizmente temos a felicidade de viver num município presidido por um autarca íntegro, os munícipes sabem com o que podem contar.” -----

Referiu **Telma Jorge**: “Dar conhecimento e não se trata de propaganda política, que foi em resultado da proposta do PCP, que foi incluída no Orçamento de

Estado para 2017, que mais de 80 mil crianças do nosso país que concluem agora o primeiro ano da sua escolaridade, receberem gratuitamente os seus manuais escolares. –

Estamos a falar de pequeno investimento para o Estado, que além de ser desde logo um contributo para combater o insucesso escolar e abandono precoce, constituiu uma poupança para as famílias destas crianças em cerca de três milhões de euros. -----

Iremos fazer tudo para que esta situação se mantenha no próximo ano letivo e que englobe as crianças dos quatro primeiros anos de escolaridade obrigatória. -----

Marco Geração referiu: “Queria felicitar o executivo por ter feito umas boas festas, as pessoas estavam contentes, só tive uma queixa e acho que faz sentido, que tem a ver com a localização do artesanato. -----

Trago aqui uma questão pertinente, é um assunto que não podemos deixar arrefecer visto já ter havido alguns desenvolvimentos depois e que tem a ver com Almaraz. -----

Foi enviado um comunicado para vários municípios que fazem parte da bacia do Tejo e o Bloco de Esquerda gostaria de saber se houve alguma resposta ou algum tipo de comunicação.” -----

Interveio **Rui Maurício**: “No sábado vai-se realizar o 12º aniversário da Junta de Freguesia de São João Baptista, para o qual os senhores deputados estão convidados.

Nesse dia, pelas 10:00 horas vai haver brincadeiras para os miúdos, em frente à Junta de Freguesia. -----

Pelas 10:30 horas haverá o hastear da bandeira e haverá um bolo de aniversário. -----

Pelas 18:00 horas haverá um workshop no centro cultural, de estética e cabeleireira, quem quiser aproveitar, está à vontade, não paga nada. -----

Às 21:00 horas haverá um espetáculo no centro cultural com músicos do Entroncamento, no intervalo deste espetáculo decorrerá a entrega de prémios do concurso das montras de S. João, um concurso organizado pela Junta de Freguesia. ----

Já agora e porque não me manifestei há pouco, queria regozijar-me por termos uma sala quase cheia o que é um caso raríssimo.” -----

Proseguiu **Manuel Martins**: “Em relação à segurança, é realmente um problema que o Entroncamento tem, assim como Tomar, Abrantes, todos os concelhos têm, agora tentar passar a imagem de que o Entroncamento é terra sem lei, é o faroeste, é um pouco forte de mais. -----

Continuo a achar que o Entroncamento apesar de não ser uma cidade supersegura, também não é o faroeste. -----

Ainda sobre a intervenção do senhor José Miguel, sobre o stand da câmara nas Festas da Cidade, referiu que o gráfico que lá existia fazia referência a partir de 2002 em diante, não é por coincidência, em 2002 houve uma alteração ao cálculo de endividamento, que o senhor deveria saber, a alteração ao cálculo de endividamento só faz sentido apresentar os anos abrangidos por esse documento de cálculo. -----

De qualquer forma, só a título de informação, daquilo que eu sei e pode consultar caso queira porque é público, do ano de 2001 para 2002, se é a esses números que se estava a referir, houve um aumento da dívida de cerca três milhões euros para mais de seis milhões de euros. -----

Espero que também tenha visto que existe um projeto para o S. João, que o PSD fechou em 2010 e enquanto esteve no executivo nunca apresentou uma solução. ---

Quanto às obras que o CDS também manifestou o seu espanto de só haver obras agora, é verdade, só que também é verdade e o senhor deputado sabe muito bem disso, que as obras que estão sujeitas aos fundos comunitários ao programa 2020, esses

programas estavam emperrados pelo PSD/CDS e foi o PS e o nosso Primeiro Ministro António Costa que os desempenhou e só agora haver os fundos para essas obras. -----

Ainda sobre as Festas da Cidade que todos os intervenientes manifestaram o seu agrado, também concordo com isso e é de louvar que tenham decorrido tão bem e continuem assim a decorrer, uma vez que as associações necessitam efetivamente do dinheiro que conseguem angariar nestas festas para a sua sobrevivência é um bom auxílio.” -----

Continuou **António Ferreira**: “Em relação às Festas da Cidade, foi referir que em três anos os programas culturais foram de uma pobreza autentica. Este ano, as festas de facto tinham alguma qualidade. Questões eleitorais, estamos perto das eleições e havia necessidade de fazer uma coisa diferente. -----

Deixei um documento a todos os membros da assembleia municipal, para que não haja dúvidas e não estejam distraídos em relação à RESITEJO. -----

A DGAL mais uma vez saiu com um parecer sobre a situação da RESITEJO, que carece de fundamentação legal para o desenvolvimento da atividade de gestão de resíduos sólidos, quer à luz do direito em vigor à data da constituição, quer à luz do direito atualmente em vigor. -----

Nos termos do disposto no Decreto-Lei nº 194/2009, de 20 de agosto, a gestão dos sistemas municipais de recolha, transporte, armazenagem, triagem, tratamento, valorização e eliminação de resíduos urbanos apenas pode ser prestada diretamente por um município, ou uma associação de municípios, esta associação não está abrangida em nenhuma destas situações. -----

Nós estamos com graves problemas dentro da RESITEJO, no escoamento, por exemplo, dos resíduos selecionados, o ponto verde está a colocar uma situação muito grave, que é a recolha dos resíduos selecionados. -----

O que é que o PS tem feito durante este tempo todo? Nada. -----

Há uns meses atrás, deu posse novamente à administração que estava anteriormente que é uma das principais responsáveis pela situação desta empresa neste momento. -----

Mais, para além daquilo que já existe de mal naquela empresa, ainda quer criar outros problemas dentro da empresa, e já criou alguns, nomeadamente o tratamento de resíduos hospitalares. -----

Algum de nós aqui, foi consultado para aquela empresa fazer tratamento de resíduos hospitalares? -----

A situação laboral dos trabalhadores naquela empresa é gravíssima. -----

Em relação às 35 horas, o Tribunal Administrativo de Leiria deu razão ao STAL, no processo das 40 horas contra o município. A CDU não se pronunciou nas últimas reuniões sobre esta questão, estávamos na expectativa de este problema ser resolvido, acontece que os prazos decorreram todos. -----

Decorreu o prazo para apresentarem recurso, decorreu o prazo para poder ser executado espontaneamente até dia 15 de junho, e o processo está como está e os trabalhadores estão à espera de serem recompensados do que aconteceu. -----

Há que ter em atenção a atitude política do PS no Entroncamento, todos nós sabemos que a culpa de todos os trabalhadores das câmaras de passar das 35 horas para as 40 horas, foi no âmbito do ataque aos trabalhadores que o PSD e o CDS, fizeram durante vários anos, mas, o que é que fez o PS em concreto no Entroncamento? Nem sim nem não, disse que estava de acordo com as 35 horas, mas nunca as implementou, nunca perguntou aos representantes dos trabalhadores qual era a opinião deles em relação a esta questão. -----

Nós sabemos ao longo deste tempo todo qual tem sido a atitude do PS em relação aos trabalhadores, aquela questão dos colaboradores que nós ouvimos aqui há uns tempos atrás, gente que trabalha, colabora, mas não tem direitos, não, nós temos que encarar os trabalhadores desta câmara com direitos e deveres. -----

Engane-se quem disser que a culpa dos investimentos não terem sido feitos do 2020 é só exclusivamente culpa do PSD e do CDS. -----

O PS já está há dois anos e tal no Governo e durante este tempo o PS já devia ter desbloqueado esses fundos há muito tempo para a resolução dos problemas e devia ter novamente restituído aos municípios a sua autonomia financeira. -----

As roturas constantes de água, a questão dos lixos, limpezas de ervas, isto só tem a ver com uma situação muito concreta, a redução do investimento nestas áreas, a redução dos meios, o envelhecimento dos meios e a falta de pessoal para fazer face a essas necessidades.” -----

Pediu a palavra **Manuel Martins**: “Sobre a questão que a CDU colocou em relação aos trabalhadores da autarquia, eu tive o cuidado de ler a decisão do Tribunal e não existe lá qualquer valor a ser pago aos trabalhadores. -----

Daquilo que conversei com o executivo, o município do Entroncamento está na disposição de cumprir com todas as obrigações determinadas pelo Tribunal, assim como cumpriu com as determinações do Tribunal em relação aos horários. -----

A decisão do Tribunal em nenhuma parte fala em valores, foi-nos transmitido pelo executivo, que está na disposição se houver uma decisão do Tribunal nesse sentido, a cumprirá escrupulosamente. -----

Tudo isto teria sido evitado, se o executivo na altura tivesse ouvido a comissão de trabalhadores evitando que este problema se levantasse, mas isso é uma questão já antiga e que todos conhecem.” -----

Referiu o Senhor **Presidente da Assembleia**: “Dizer que também tenho uma reclamação em relação às festas, é que a DJ do último dia, acabou a música antes do tempo, podia ter ficado mais tempo porque fez falta a dar música a alguns cidadãos. -----

Dizer ao Marco Geração, em relação à questão que colocou, tivemos resposta para além do Governo, do município de Almada, foi o único município que respondeu.

Chegou um pedido à mesa, para que fosse extraída uma certidão das declarações do António Miguel, que acusou alguns municípios de corrupção para enviar ao Ministério Público para averiguar no sentido de haver ou não ilícito criminal.” -----

Pediu a palavra **António Ferreira**: “Sobre a intervenção do senhor Manuel Martins, só têm uma coisa a fazer, façam o cálculo das horas que levaram aos trabalhadores e que não pagaram e vejam também a questão das horas extraordinárias que nós já levantámos aqui noutra situação, em que nos pediram os nomes dos trabalhadores, nós não estamos aqui para fornecer nomes de trabalhadores, vocês sabem perfeitamente quem é que está a dirigir esta câmara é o executivo e eles têm esses dados.” -----

Passou-se de imediato à intervenção do público. -----

-----**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

Pediu a palavra **Elsa Santos** que referiu: “Permitam-me que cumprimente todos os presentes nesta sala, na pessoa do senhor Presidente da Assembleia Municipal, endereçando um bem-haja ao público que está presente, pois é a prova de exercício de cidadania existente na população do Entroncamento. -----

O meu nome é Elsa Lopes, estou aqui na qualidade de dirigente da direção nacional do STAL e a nossa vinda, porque estão outros elementos aqui presente também

da direção nacional, tem a ver com a decisão tomada no último plenário de trabalhadores, que se realizou no passado dia 29 de maio. -----

A nossa questão, como já foi aqui afluída prende-se com uma decisão do Tribunal, porque o STAL é uma entidade de bem, achamos que seria este o momento indicado para pessoalmente pedir alguns esclarecimentos, uma vez que foi endereçado ao senhor Presidente da Câmara um ofício sobre o qual não obtivemos resposta e para que não haja dúvidas e para conhecimento desta assembleia, passo a ler o ofício que foi enviado à câmara: -----

“Considerando que o Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, por sentença datada de 31 de janeiro de 2017, julgou totalmente procedente a ação administrativa de impugnação de normas intentada pelo STAL – Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional, Empresas Públicas, Concessionárias e Afins contra o Município do Entroncamento (v. Proc. nº 1320/13.OBELRA-A); -----

Considerando que, em consequência, o Tribunal declarou ilegal o despacho proferido pelo Senhor Presidente em 25 de setembro de 2013, que alterou o horário de trabalho dos associados do STAL, passando aqueles a trabalhar 40 horas semanais, ao invés das habituais 35 horas até então praticadas; -----

Considerando que as decisões dos Tribunais são obrigatórias para todas as entidades públicas e privadas; -----

Considerando que a declaração de ilegalidade tem como consequência a repriminção da norma que foi revogada; -----

Considerando que, por força do despacho declarado ilegal pelo Tribunal, os associados do STAL trabalham 40 horas semanais, é patente que o Município tem de pagar 5 horas semanais a título de trabalho suplementar, só assim dando integral cumprimento à dita sentença; -----

Considerando que, em processos semelhantes, o Tribunal já decidiu em sentido idêntico (cfr. Sentença do TAF de Leiria, de 25/01/2016, proferida no Proc. nº 1302/13.1BELRA-B); -----

Considerando que o Município não interpôs recurso jurisdicional; -----

Considerando que se encontra a terminar o prazo para o Município dar execução espontânea ao aresto em recurso, iniciando-se de seguida o prazo para a instauração da competente ação executiva. -----

É patente que o Município tem de pagar a todos os associados do STAL, a título de trabalho suplementar, todas as horas de trabalho diário por eles prestadas para além das 35 horas de trabalho semanal, desde o dia 26 de setembro de 2013 e até ao dia em que voltaram a praticar as 35 horas semanais, sem necessidade de qualquer requerimento por parte dos associados, atendendo a que a obrigação de pagamento resulta da sentença e em concreto da declaração de ilegalidade do referido despacho.” -----

Este foi o ofício que fizemos chegar ao senhor Presidente da Câmara e sobre o qual não obtivemos qualquer resposta. -----

Queria esclarecer o senhor deputado, de que o Tribunal não tem qualquer forma de saber qual é o valor devido a cada um dos trabalhadores, mas sim, indica quais são os trabalhadores. -----

O que perguntamos ao senhor Presidente da Câmara, qual é a intenção do município ou mandamos executar a sentença.” -----

Prossigui **José Eduardo Mariquitos**: “Moro na Rua Ramalho Ortigão e desde que lá moro tenho roturas de água constantemente, ou seja, há quatro anos a esta data, sem exagerar, cinquenta roturas com falta de água. -----

Os serviços camarários têm feito o possível para ser o mais breve na reparação, só que esta semana já houve duas roturas e a ultima foi superior a catorze horas. -----

Pergunto ao executivo o que pensa fazer naquela zona para resolver esta situação? -----

Naquela urbanização eu não tenho net por fibra, a única coisa que existe é uns postes dos CTT quando fizeram a urbanização e lá ficaram.” -----

Continuou **David Ribeiro**: “Recentemente mais um cidadão do Entroncamento faleceu, independentemente de suicídio ou se foi colhido, a questão tem a ver efetivamente com o socorro na Estação do Entroncamento. -----

Não consigo compreender como é que os órgãos de segurança da nossa cidade, e as pessoas que têm a responsabilidade da segurança na nossa cidade, a boa vontade do senhor Presidente da Câmara e as boas falas que tem com o senhor Administrador das Infraestruturas, quando há essas visitas ao Entroncamento e se fala de tudo e muito bem, a verdade é que a cidade do Entroncamento servida pela nossa Estação de caminho de ferro, que já foi a estação mais importante do nosso país, hoje não é nada convidativa e uma verdadeira armadilha para quem a utiliza. -----

Os ferroviários do Entroncamento foram aqueles que mais sofreram dentro das empresas, hoje discute-se e fala-se muito porque estamos à beira de eleições, mas, os ferroviários sabem muito bem, quem foram e em que reinado é que foi retirado as linhas de caminho de ferro, as oficinas do Entroncamento e do país.” -----

Respondeu o senhor **Presidente da Câmara**: “Quanto à questão das roturas na Urbanização do Olival, é um problema que nós sentimos diariamente. -----

Estamos neste momento a concluir o projeto para alterar a rede, penso ter o projeto pronto no final da primeira quinzena de julho, esse projeto já tem um diagnóstico bastante objetivo e pensamos iniciar a intervenção de imediato. -----

É uma intervenção que tem algum problema do chamado corte e costura, porque as ligações aos prédios demoram algum tempo, mas esperamos que seja um processo rápido e consigamos ultrapassar os problemas que tem a Urbanização do Olival. -----

Devo dizer que os problemas têm a ver não apenas com a idade da rede, porque temos na cidade redes mais antigas, tem a ver com aquela coisa que infelizmente em Portugal acontece com alguma frequência, é que o projeto inicial até nos pareceu um projeto adequado, só que não foi cumprido. -----

O projeto inicial tinha previsto três fontes de alimentação à urbanização e só foi feita uma fonte de alimentação, e portanto, com o crescimento da urbanização, com a quantidade de pessoas que lá habitam isso veio a ressentir-se. -----

Não só vamos recuperar esse projeto, ou seja, mais essas duas fontes e mais uma terceira, a zona ficará com aquilo que se chama uma rede integrada com fornecimento de várias origens e pensamos dessa forma resolver o problema. -----

Penso que, durante o verão esperamos que o problema esteja resolvido, o projeto vai estar concluído no final da primeira quinzena de julho e já temos a condição financeira reunida para avançar com a intervenção. -----

Quanto à fibra, ela é da responsabilidade dos operadores que fornecem o serviço, nós temos vindo a falar com os operadores para que disponibilizem esse serviço aos cidadãos, nomeadamente com a MEO e NOS. -----

Quanto à questão das 35 horas, já disse várias vezes aos representantes dos trabalhadores, quer ao STAL, que nós não deixamos de cumprir com as decisões do Tribunal, nos indiquem para cumprir. -----

Penso que esta questão é jurídica e por isso não percebo esta questão na assembleia, mas é um direito e acho muito bem que tenham vindo, embora nós todos devemos procurar dar contributos positivos para resolver o problema e não contributos para aumentar o problema. -----

Disse a senhora Elsa Lopes, dirigente do STAL, que nos enviou uma carta em vinte e três de maio, que até teve o cuidado de ler e que o município não respondeu, nós não só respondemos, como o próprio sindicato nos voltou a responder a essa carta e vou ler a resposta que nós enviámos, em vinte e cinco de maio pelo nosso ofício número mil e trinta e três. -----

“Agradecemos a Vossa comunicação datada de 23 de maio de 2017, relativa ao Processo nº 1320/13.0BELRA.que mereceu a nossa melhor atenção. -----

Previamente a esta matéria cumpre-nos esclarecer que enquanto Entidade Pública, sempre cumprimos as sentenças judiciais a que fomos condenados. -----

Porém, relativamente à sentença em apreciação não partilhamos das conclusões por Vós expostas na comunicação supra identificada. -----

É nosso entendimento que, decorrente da referida sentença não haverá lugar, nem enquadramento legal, para o pagamento por Vós referido. -----

Contudo, estamos disponíveis para reavaliação, agradecendo, sem prejuízo do anteriormente exposto, o envio da cópia da sentença do TAF de Leiria, de 25.01.2016 proferida no Processo nº 1302/13.1BELRA-B. -----

Aguardando prezadas notícias.” -----

Em 6 de junho de 2017, o STAL respondeu assim: -----

“Conforme solicitado, segue em anexo a sentença proferida pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, no âmbito do Proc. 1302/13.1BELRA-B que condenou o Município de Pombal a proceder ao processamento dos montantes devidos aos trabalhadores pela prestação de trabalho suplementar numa situação em tudo igual à dos nossos trabalhadores neste município. -----

Consequentemente, reiteramos tudo o que foi dito na exposição anteriormente remetida a V. Ex^a. -----

Mais informamos que, se continuar a ser do V.º entendimento não cumprir integralmente a sentença proferida no Proc. Nº 1320/13.0BELRA, iremos avançar imediatamente com a respetiva execução.” -----

Acho que nestas coisas devemos contribuir para a resolução do problema e não para criar mais um problema. -----

Provavelmente por lapso a senhora Elsa terá referido que o município não respondeu, mas nós respondemos conforme acabei de ler e que está a ser objeto de análise. -----

Volto a referir o que aconteceu no processo em referência. -----

O anterior presidente do executivo, em 25 setembro de 2013, no final do mandato, determinou a aplicação de 40 horas semanais tendo em vista o cumprimento da Lei nº 68/2013, de 29 de agosto. -----

Relativamente ao referido despacho que interpôs o STAL uma providência cautelar tendo em vista a suspensão da eficácia do referido despacho. -----

Como já disse o senhor Manuel Martins, em 29 de outubro de 2013, reduzimos de novo o horário para 35 horas semanais e mais tarde voltámos a passar para 40 horas semanais e depois para 35 horas semanais, tudo em função daquilo que eram as determinações do Tribunal. -----

Nessa matéria, não temos qualquer preferência por este ou aquele horário, aliás, devo dizer que um trabalhador consciente, trabalha se calhar mais com 35 horas do que a trabalhar 40 horas semanais. -----

Em 31 de janeiro, foi proferida sentença que julgou procedente a ação interposta pelo STAL, declarou a ilegalidade com efeitos circunscritos aos trabalhadores da câmara associados do STAL, do despacho de 25 de setembro de 2013, que alterou os horários de trabalho por incompetência, erros sobre os pressupostos de direito e preterição de audiência da comissão de trabalhadores ou na sua falta da comissão sindical, ou seja, disse no fundo que a decisão proferida pelo anterior presidente de mandar aplicar as 40 horas semanais, tinha um vício de forma que era não ter sido ouvido a comissão de trabalhadores ou os seus representantes. -----

Em momento algum a câmara municipal foi instada, foi condenada a pagar seja o que for. -----

Quando foi o meu despacho de 29 de outubro de 2013, eu reponho as 35 horas semanais, no cumprimento das obrigações que vinham do Tribunal e há municípios com situações diferentes, como bem sabe, e ao fazer esse despacho, nós entendemos que esse vício de forma foi sanado e a partir daí foi sempre cumprido com o futuro. -----

A nossa conclusão conforme já foi transmitida poderá não se concordar com o entendimento expresso pelos factos que a seguir se enumeram de forma sintética. -----

1-A sentença proferida a 31 de janeiro de 2017, não é uma sentença condenatória uma vez que não se pronuncia sobre o conteúdo dos deveres em que a Câmara Municipal do Entroncamento fica constituída, ou seja, da referida sentença que determinou a invalidade do despacho de 25 de setembro de 2013, não decorre diretamente, contrariamente ao exposto pelo STAL, qual o conteúdo dos atos a praticar com a administração. -----

2 – A apreciação do Tribunal incidiu apenas no despacho de 25 de setembro de 2013 e não de todos os atos que determinaram a aplicação de 40 horas semanais, nomeadamente a deliberação de 18 de fevereiro e 3 de março de 2014. -----

3 – A vigência do despacho de 25 de setembro de 2013, é limitada ao período de 28 de setembro de 2013 a 29 de outubro de 2013. -----

4 – O aumento normal do horário de trabalho para as 40 horas semanais, é uma consequência da entrada em vigor da Lei nº 68/2013, de 29 de agosto, pelo que a legalidade do despacho, respeita a forma de concretizar as 40 horas semanais nos horários dos trabalhadores. -----

5 – As horas de trabalho realizadas não poderão ser consideradas trabalho suplementar, pois não reúnem os requisitos legais para tal. -----

Este é o nosso entendimento, mas, se houver um entendimento diverso, nós somos os primeiros e daremos logo de imediato o cumprimento a esse entendimento. ---

Devo dizer, que o vosso entendimento seja melhor que o nosso, há de haver alguma entidade que defina qual é o melhor entendimento. -----

Também das sentenças que nos foram indicadas, uma que nos foi indicada pelo STAL, nós estamos a procurar encontrar uma solução para o problema. -----

Já agora devo dizer uma coisa, se houver lugar ao pagamento, tudo faremos para que o pagamento não seja só aos associados do STAL, seja para todos os funcionários do município, porque nós não temos funcionários de 1ª ou funcionários de 2ª. -----

De qualquer maneira, devo dizer que nós temos procurado que nos ajudem a encontrar um instrumento que sustente o pagamento, houve um caso idêntico numa autarquia da margem sul, essa sentença foi algo de recurso e não transitou em julgado.

Esta sentença de Leiria relativamente à autarquia de Pombal, ainda não avaliámos o seu conteúdo e pode ficar descansada que o vamos fazer, volto a repetir que a nossa determinação é cumprir com a Lei e se houver lugar a pagamento, pagaremos com certeza na altura própria a todos os funcionários do município. -----

Quanto às questões colocadas pelo senhor vereador David Ribeiro, fez uma intervenção semelhante na reunião de câmara. -----

Obviamente que todas as pessoas terão todo o interesse numa estação mais segura e mais funcional, que permita que as pessoas usem o comboio como meio de transporte prioritário e nessa matéria estamos todos de acordo. -----

Temos vindo sistematicamente a propor soluções nesse sentido, à Empresa, às Infraestruturas de Portugal, à Tutela em conjunto com todos os Partidos. -----

Penso que uma coisa de que estamos todos de acordo, aqueles acessos à estação são inseguros, não são funcionais e afastam passageiros.” -----

Referiu o senhor **Presidente da Assembleia Municipal**: “Fiquei muito satisfeito ouvir o senhor Presidente dizer se o Tribunal vier a condenar o município no pagamento, que não será apenas para os trabalhadores associados do STAL, mas sim para todos os trabalhadores. -----

É normal que em relação a uma sentença o município tenha algumas dúvidas, e portanto, é para isso que existe a execução da sentença e está prevista no código. Nada está aqui a funcionar fora da Lei. -----

Custa-me nesta questão, ouvir dizer o que não é verdade, que o município é devedor aos trabalhadores. -----

Os trabalhadores têm razão, assiste-lhe razão. Para quem espera a execução da sentença e aquilo que o município estiver que pagar, vai pagar aos trabalhadores porque é legítimo que a autarquia no pedido que fez aos serviços jurídicos da interpretação daquela sentença não sinta clareza na decisão e não sinta que aquela decisão seja uma decisão clara. -----

Se estas dúvidas existem, passado os três meses, o município não cumpriu é porque existem dúvidas ou razões, o sindicato poderá partir para a execução da sentença e ela será cumprida. -----

O município se tiver as dúvidas que se mantém, se tiver que apreciá-las na oposição à execução fará essa oposição e haverá uma decisão final e obviamente os trabalhadores serão compensados se essa for a posição. -----

O município não recorreu, se não recorreu é porque aceitou algumas situações que vinham naquela sentença. -----

O que o Tribunal efetivamente levanta e aprecia e dá como precedente aquela ação e dá razão aos trabalhadores é o seguinte: -----

O despacho que foi produzido pelo anterior presidente da câmara a 25 de setembro de 2013, é um despacho ilegal porque não respeitou uma série de formalidades que tinha de obedecer. -----

Provavelmente se o despacho tem respeitado essas formalidades, os trabalhadores tinham cumprido as 40 horas semanais porque a Lei previa que isso acontecesse, o Tribunal aprecia o despacho. -----

O Código diz que quando um ato é anulado, as consequências a partir da anulação do ato têm que produzir os seus efeitos. -----

Como o município teve dúvidas, não é estar de má fé, eu sentir-me-ia muito mal ser presidente da uma assembleia municipal de município que não é uma pessoa de bem, acredito que o município é uma pessoa de bem. -----

Para que isto fique esclarecido de uma vez por todas, talvez a melhor forma seja o sindicato avançar com a execução da sentença, está no direito e os trabalhadores têm esse direito e se o município for efetivamente condenado, é uma vitória dos trabalhadores e uma vitória do município. -----

Esta é a minha posição e acreditem que tenho falado com o representante dos trabalhadores do município o senhor Murcela, que dá apoio à assembleia, tenho manifestado o maior interesse em relação a esta questão e tenho procurado ser aqui uma parte na resolução deste assunto, mas nesta questão em concreto, não deixo de dizer que o município da forma como está a agir, está a agir contra a Lei, ou porque não quer pagar, ou porque está a fazer birra, não é isso. -----

Acredito que há razões que assistem ao município para estar a agir desta forma.

A melhor forma será avançar para a execução da sentença e se houver alguma coisa a dizer em oposição será dita, se o município for condenado é uma vitória não só dos trabalhadores sindicalizados, mas uma vitória de todos os trabalhadores porque todos eles terão que receber. -----

Para terminar, acredito e sei que efetivamente os trabalhadores vão ganhar, têm direito a receber os valores a que têm direito, é o que diz a Lei e a Lei tem que ser cumprida.” -----

Passou-se de seguida à Ordem dos Trabalhos. -----

ORDEM DOS TRABALHOS -----

PONTO NÚMERO UM -----

ALTERAÇÃO DA REDAÇÃO DO PONTO 8 DO ARTIGO 1º DO CAPÍTULO V – INSTALAÇÕES DESPORTIVAS MUNICIPAIS – SECÇÃO I – PISCINAS MUNICIPAIS, DA TABELA DE TAXAS NÃO URBANÍSTICAS -----

Pedi a palavra **José Leote**: “Este motivo da alteração prende-se com as férias desportivas de verão que se iniciaram recentemente, é um momento de ocupação dos jovens do 1º e 2º ciclo, que movimenta cerca de 250 jovens e que tem o apoio de várias associações do concelho.” -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO UM -----

O ponto número um “**Alteração da Redação do Ponto 8 do Artigo 1º do Capítulo V – Instalações Desportivas Municipais – Secção I – Piscinas Municipais, da Tabela de Taxas Não Urbanísticas**” foi aprovado por unanimidade, com vinte três votos, sendo nove votos do Partido Socialista, cinco votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, três votos da Coligação Democrática Unitária e um voto do Centro Democrático Social e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

PONTO NÚMERO DOIS -----

2ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E GOP – 2017 -----

Interveio **António Ferreira**: “Nós votaremos favoravelmente esta revisão orçamental. -----

Esta revisão é para resolver problemas de limpeza urbana. -----

Chamava a atenção para um assunto que ocorreu numa das últimas assembleias, na altura regozijei-me porque as máquinas varredoras estavam a circular pela cidade a limpar, só que não me tinha apercebido muito bem do estado em que elas estavam. -----

Nós vamos concordar com esta revisão, até porque vem fazer face a uma necessidade premente do município em resolver uma série de problemas e da qualidade de vida dos munícipes. -----

Chamo à atenção para determinadas despesas, um reforço orçamental para estudos, projetos, pareceres e consultadoria no valor de 19 mil euros. -----

Há uma outra questão que são as atividades culturais com um reforço de 10 mil euros, não é muito, mas também tem a ver com as festas.” -----

Pedi a palavra **José Baptista**: “Estas são verbas que dizem respeito à limpeza urbana, que temos aqui tanto falado e que finalmente o executivo percebeu que a limpeza urbana é essencial porque a cidade estava votada ao abandono. -----

Há um reforço de 10 mil euros, já aqui referido, para outras atividades culturais e 19 mil euros para os estudo, projetos, pareceres e consultadoria, nós sabemos porque é que isto aparece aqui, aparece em ano eleitoral. -----

Uma revisão orçamental para quem tanto se referia à má gestão e às revisões orçamentais e ao mau planeamento do orçamento, aqui está uma forma de perceber que efetivamente não houve falta de planeamento do orçamento.” -----

Prosseguiu **Manuel Martins**: “Era só para esclarecer que isto não acontece por acaso, ou seja, o que se passa é que esta candidatura a estes fundos, este aviso só apareceu após este orçamento estar aprovado. -----

Uma vez que o município está atento a estes concursos e a tentar aproveitar ao máximo estas possibilidades, foi isso que aconteceu. -----

Esta candidatura foi aceite e houve a necessidade de alterar o orçamento para fazer face a este investimento correspondente à parte não financiada. -----

Esta revisão tem uma razão de ser, não é apenas por uma questão má gestão orçamental, aliás, este executivo já nos habituou a execução orçamental de acordo com a Lei, ao contrário dos anteriores.” -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO DOIS-----

O ponto número dois “**2ª Revisão ao Orçamento e GOP – 2017**“, foi aprovado por maioria, com dezoito votos a favor, sendo nove votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda, três votos da Coligação Democrática Unitária, um voto do Centro Democrático Social e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e cinco abstenções do Partido Social Democrata. -----

PONTO NÚMERO TRÊS-----

AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS PARA O FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES PARA O ANO LETIVO DE 2017/2018-----

Atendendo a que ninguém quisesse intervir, passou-se à votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO TRÊS-----

O ponto número três “Autorização Prévia para Assunção de Compromissos Plurianuais para o Fornecimento de Refeições Escolares para o Ano Letivo de 2017/2018“, foi aprovado por unanimidade, com vinte três votos, sendo nove votos do Partido Socialista, cinco votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, três votos da Coligação Democrática Unitária e um voto do Centro Democrático Social e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

PONTO NÚMERO QUATRO-----

AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS PARA A REQUALIFICAÇÃO DS ESTRADA DA BARROCA NO TROÇO COMPREENDIDO ENTRE A RUA DR. FRANCISCO SÁ CARNEIRO E A ESTRADA DA CASCALHEIRA – ABERTURA DE NOVO CONCURSO PÚBLICO-----

Pediu a palavra **José Baptista**: “Este processo da Estrada da Barroca tem tido alguns contornos nomeadamente quanto aos processos de negociação com os terrenos dos proprietários da nova via que vai ser colocada. -----

Esta informação que nos chega dos serviços camarários, era que, vai ser lançado novo concurso com um valor de 20% acima, mas não se percebe, se houve alteração significativa de 20% de um mês para o outro, que o processo se desempenhe de acordo com aquilo que estava previsto? -----

Houve já alguns proprietários dos terrenos que nos disseram que não estão satisfeitos com o processo que está a ser dirigido pela câmara municipal e para que conste, posso dizer que nós somos absolutamente contra qualquer tipo de expropriação que seja feita. -----

Quero solicitar ao senhor Presidente da Assembleia, que dirija a questão ao senhor Presidente da Câmara, se todos os terrenos estão já na posse da câmara ou não.”

Interveio **Marco Geração**: “A bancada do Bloco de Esquerda irá votar favoravelmente este assunto, no entanto, existe uma questão que gostaríamos de ver esclarecida e que tem a ver, com a razão de ter havido um aumento de 20% do concurso.” -----

Proseguiu **António Miguel**: “O que se pode dizer é que o procedimento levado a efeito para alcançar esse desidrato ficou vazio, atendendo à chamada Lei da oferta e da procura. -----

Tendo em linha de conta a dinâmica da evolução económica que se regista no país, houve por parte dos serviços, a adequação dos valores à realidade dos preços praticados pelo mercado e nesse sentido, tem a nossa natural concordância.” -----

Continuou **Telma Jorge**: “As questões que nós tínhamos já foram levantadas, mas, importa dizer o seguinte: -----

Da nossa parte entendemos a questão deste procedimento concursal e o que nós entendemos foi que esta questão dos 20% tinha a ver precisamente com a questão de ir ao encontro das condições que estão neste momento e tendo em conta que no anterior concurso não houve aceitação de propostas, apesar de não estarmos de acordo com essa situação e isso veio atrasar a requalificação deste troço que é urgente e urge realizar. ----

Aquilo que nós estávamos na disposição de aconselhar o município, era que de futuro ter atenção que nestes processos quando sujeitos a concursos públicos, irem ao encontro de uma forma realista daquelas que são as condições do mercado.” -----

Referiu **Pedro Gonçalves**: “Este executivo foi eleito com o slogan “Uma Cidade para as Pessoas”, as pessoas precisam desta via, mas as pessoas que são proprietárias de alguns terrenos também têm que ser precavidas os seus interesses. -----

Creio que o problema dos 20% está no primeiro concurso porque foi abaixo do mercado, que se acautelem os interesses tanto da população que precisa de usar a estrada, como dos moradores e proprietários daqueles terrenos.” -----

Respondeu o senhor **Presidente da Câmara**: “Começar por dizer que a nossa intervenção é sempre no sentido de acautelar o interesse público e o interesse dos cidadãos, foi sempre e será sempre assim. -----

Relativamente ao concurso ter ficado deserto, pode haver várias razões, pode não ser só uma questão de preços. -----

Quanto a esta empreitada, seguimos exatamente a mesma metodologia que seguimos pela outra, é a proposta do gabinete projetista que faz a proposta e que faz a estimativa orçamental e é com esse valor que nós lançamos a empreitada. -----

Até agora temos tido empreitadas 10% e 15% a baixo desse valor e, portanto, não era uma situação fácil. -----

Há, no entanto, uma realidade que têm de compreender, no último ano, houve de facto um grande volume de obras e é natural que as empresas possam ter preterido esta situação. -----

Nós depois com o projetista fizemos uma reavaliação e entendeu-se que o valor poderia eventualmente estar baixo, mas não é mais 20%, é até 20%. -----

A razão deste assunto ter vindo à assembleia. O facto de o concurso ter ficado deserto, aliás, houve uma empresa que apresentou uma proposta igual ao preço base, que depois veio dizer que se enganou e que afinal o preço da proposta deles não era de 435.000,00 euros, mas era 435.000,35 euros, foi esta a justificação para essa empresa não lhe ser adjudicada. -----

Nós entendemos que devemos lançar novo procedimento e ao fazê-lo neste momento já não temos tempo para a obra ser feita este ano, daí a razão da assunção do compromisso plurianual.” -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO QUATRO -----

O ponto número quatro “**Autorização Prévia para Assunção de Compromissos Plurianuais para a Requalificação da Estrada da Barroca no Troço Compreendido entre a Rua Dr. Francisco Sá Carneiro e a Estrada da Cascalheira – Abertura de Novo Concurso Público**”, foi aprovado por unanimidade, com vinte três votos, sendo nove votos do Partido Socialista, cinco votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, três votos da Coligação Democrática Unitária e um voto do Centro Democrático Social e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

PONTO NÚMERO CINCO -----

APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO -----

Pedi a palavra **Pedro Gonçalves**: “Quería perguntar ao senhor Presidente da Câmara Municipal, se houve nas conversações com o Governo, mais precisamente com o senhor ministro Pedro Marques, das Infraestruturas de Portugal, um pedido formal para alteração da estação, acredito que tenha feito a pressão que é necessária. -----

Temos vindo há mais de ano a interpolar as instituições que não nos respondem, o senhor ministro Pedro Marques também não responde à nossa bancada parlamentar na Assembleia da República, e nesse sentido, gostaríamos de saber se existiu essa comunicação oficial. -----

Quería perguntar também, se houve algum problema com funcionários da autarquia, creio que não, porque nós efetuámos uma limpeza de um repuxo na Praça Salgueiro Maia, porque é que aquele repuxo no dia em que inauguraram as festas o bebedouro estava inoperacional e entupido.” -----

Interveio **José Baptista**: “Solicitávamos ao senhor Presidente da Câmara, nos informe se à semelhança do que fizeram os municípios de Torres Novas, Santarém e Tomar, se já deu entrada do município do Entroncamento com a providência cautelar sobre os fundos comunitários da Escola EB 2.3, da Escola Dr. Ruy D’Andrade, esta foi uma decisão que não foi só para o município do Entroncamento, foi para muitos outros municípios, e, portanto, saber qual é o ponto da situação. -----

Há pouco o senhor deputado disse que finalmente este executivo fez alguma coisa para o cine teatro, coisa que o anterior não tinha feito. Se calhar o senhor Presidente pode explicar à bancada do Partido Socialista, que existia nesta casa um projeto do cine teatro pronto para ser candidatado a fundos comunitários assim que houvesse abertura.” -----

Prossiguiu **Fernanda Alves**: “Quería agradecer ao senhor deputado Pedro Gonçalves, o trabalho que teve com os repuxos, ficamos todos muito gratos. -----

Relativamente à informação do senhor Presidente da Câmara, queria realçar algumas obras que são importantes: -----

O início dos trabalhos nos jardins; -----

A questão da ciclovia na freguesia de São João Baptista; -----

As pavimentações das ruas; -----

A pintura do cemitério; -----

A recuperação das casas de habitação social; -----

O campo de ténis; -----

Rematava aqui com a questão do cine teatro, folgamos que houvesse um projeto anterior, mas de qualquer forma, foi este executivo que lançou a candidatura e ficamos muito satisfeitos por a obra está a iniciar.” -----

Continuou **António Ferreira**: “Fui vereador na Câmara Municipal do Entroncamento durante dois mandatos, fui eleito na assembleia municipal há alguns anos e tenho alguma experiência sobre esta questão das obras. -----

Anunciam-se inúmeras obras, fazem-se projetos, maquetes e outras coisas, mas depois a execução é nula. -----

Desejo plenamente que parte destes projetos avancem, são necessários para o Entroncamento, mas não é com medidas destas que o Governa está a implementar, o Governo abriu ligeiramente as portas para o investimento e para os fundos comunitários, mas, há de fechá-las logo após as eleições.” -----

Respondeu o senhor **Presidente da Câmara**: “Nós neste momento temos em execução um conjunto de obras significativas na nossa cidade, todos aqui dizem que não há aproveitamento político, mas os factos são estes. -----

Nós quando nos candidatamos e está escrito no nosso programa, que iríamos procurar realizar um conjunto de investimentos, iríamos faze-los preferencialmente recorrendo aos fundos comunitários, porque a situação do município era catastrófica. ---

Devo dizer aqui nesta assembleia, não sendo a última antes das eleições, mas acho que é a última em que deve haver alguma intervenção desta natureza, eu não vou fazer qualquer intervenção na assembleia de setembro sobre esta matéria, vamos estar em período eleitoral e devemos todos conter nessa matéria, penso que todos terão esse entendimento. -----

Devo dizer com muito orgulho, que nós temos uma taxa de execução no nosso programa, sei que há obras que ainda não estão concluídas, algumas ainda não estão iniciadas, mas temos uma taxa de execução de cerca de 90% das obras que nos propusemos e desafio-os a ir ler o programa e fazer essa análise. -----

As obras do cine teatro, quer do mercado diário, são duas obras que estão devidamente projetadas, aprovadas e financiamento aprovado. -----

Há um conjunto de obras, como já foi aqui referido, que são importantes, nós estamos a concluir a recuperação de sessenta e quatro apartamentos de renda social. ----

Também está em execução a obra da ciclovia, não é só a ciclovia de São João Baptista, é sobretudo a recuperação da Ribeira de Santa Catarina e devolver o espaço à cidade. -----

A recuperação do Pavilhão da Escola Ruy D’Andrade, está a decorrer em bom termo estará concluído em outubro. -----

Também a recuperação e renovação dos jardins por detrás da rua Cidade de Penafiel, naquela zona habitacional muito importante e que estava altamente carenciada.

Houve algumas pavimentações de algumas vias, houve algumas travessas que há trinta anos que não estavam concluídas. -----

Uma obra pouco significativa em termos de valor, mas acho que é significativa em termos de mobilidade, que é a ligação do Bonito à Atalaia, está praticamente concluída. -----

Nós continuamos apostados como podem ver, diminuir a dívida, reduzir o prazo médio de pagamentos, não ter pagamentos em atraso, cumprir com os compromissos que assumimos e fazer uma gestão rigorosa. -----

Relativamente à questão dos documentos enviados à tutela, na área das infraestruturas já foi dado conta a esta assembleia dos documentos enviados e do conjunto de propostas, porque de facto, a nossa necessidade de intervenção por parte das infraestruturas não se limita só à estação, temos outro conjunto de preocupações e outro conjunto de projetos. -----

Quanto às questões do senhor deputado do PSD, não tenho qualquer conhecimento de outros municípios tenham entregue qualquer providência cautelar, conheço os casos de Torres Novas e Tomar, não conheço o caso de Santarém, são casos completamente diferente dos nossos e devo dizer que a mim preocupa-me o problema do resultado da Inspeção Geral das Finanças em resultado dos procedimentos não adequados que esta câmara desenvolveu, a câmara teve de devolver cerca de novecentos e trinta e um mil euros, por esse facto. Isso é que me preocupa. -----

Relativamente à questão de existir projeto pronto do cine teatro, os factos e os documentos podem ser consultados, não existia qualquer projeto em condições de se fazer qualquer trabalho com esse mesmo projeto e já agora, ao contrário do anterior quadro comunitário, teria sido fácil candidatar a reconstrução total de uma obra como o cinema, o que não acontece tão facilmente neste quadro comunitário. -----

Houve outras questões colocadas no início que eu não registei todas, se senhores deputados fizerem o favor de as apresentar por escrito, obviamente que responderemos dessa forma. -----

Sobre o sem-abrigo, é uma situação que muitos de nós temos procurado encontrar soluções e não há solução melhor ou pior, ele recusa sistematicamente ajuda de todas as instituições estavam disponíveis para lhe fornecer comida e banho e ele recusa, ele quer viver na rua.” -----

Referiu o senhor **Presidente da Assembleia Municipal**: “Conforme disse o senhor Presidente da Câmara, se houver alguma questão que queiram ver respondida, no prazo de oito dias coloquem por escrito aos serviços da assembleia.” -----

Nada mais havendo a tratar, o Senhor **Presidente da Assembleia**, deu por encerrada a sessão quando era zero horas e quinze minutos, do dia vinte e nove de junho. -----

A presente ata, depois de lida e visada pela Primeira Secretária, vai por ela ser assinada e pelos restantes membros da Mesa. -----

O Presidente da Assembleia:

A 1ª. Secretária:

A 2ª Secretária: